

Congonhas CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)	
Ato de instituição da CPI: Portaria CMC 139/2021	
Assunto: Denúncia de irregularidades administrativas na Associação Hospitalar Bom Jesus	
Data e hora da reunião: 26/08/2021 – 9 horas	Local: Plenário da Câmara Municipal de Congonhas
Pauta: Oitiva do denunciante Sr. João Vicente Monteiro de Oliveira, Diretor-Provedor da AHBJ	
Convocados: Sr. João Vicente Monteiro de Oliveira	

No dia vinte e seis de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Congonhas, deu-se início à primeira oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Portaria CMC 139/2021, presidida pelo Vereador Lucas Santos Vicente. Além do Presidente, estiveram também presentes os Vereadores José Bernardes de Souza (Vice-Presidente), Igor Jonas Souza Costa (Relator), Averaldo Pereira da Silva, Eduardo Cordeiro Matosinhos e Eduardo Ladislau Marques. O objetivo dessa oitiva foi o de ouvir o Sr. João Vicente Monteiro de Oliveira, Diretor Provedor da Associação Hospitalar Bom Jesus e autor da denúncia de irregularidades administrativas na gestão do hospital, o que motivou a instalação da CPI. A reunião iniciou-se com as perguntas do relator. Sendo assim, o vereador Igor perguntou ao convocado sobre quando a associação hospitalar havia começado a atuar na administração do Hospital, ressaltando que teria conhecimento de uma reunião com a juíza de Direito da cidade acertando a participação da associação hospitalar nessa administração. O senhor João Vicente informou que, ao que parece, seria desde o mês de fevereiro; que a associação, de fato, participou dessa reunião mencionada pelo relator; que houve um entendimento com o Prefeito e que não saberia dizer por que houve uma mudança; que estava animado com o novo Prefeito, com um novo grupo que veio para gerir a cidade, achando que poderia funcionar bem [a administração] junto com a associação; que estranhamente, devido à sua ausência por conta da pandemia de Covid, assim como a do senhor Rogério, vice-provedor, não teve acesso aos documentos e que, desde o início, o senhor Gláucio teria provocado uma situação de animosidade; que diante de questionamentos do senhor João Vicente, o senhor Gláucio "saía pela tangente"; que, por isso, começou a entender que "eles" não queriam que a associação participasse [da administração]. Segundo o relator, o senhor João Vicente disse que havia um combinado informal com o Prefeito; que se pode dizer que há uma formalidade, pois existe uma ata assinada até mesmo pela excelentíssima juíza de Direito da cidade, o diretor provedor e o Prefeito, mas que, além disso, o senhor João Vicente teria falado de combinados e conversas com o Prefeito. O relator, então, perguntou se o Prefeito, doutor Cláudio, conversou com a associação para que ela voltasse a fazer parte da administração do Hospital Bom Jesus em seu governo. O senhor João Vicente confirmou ter havido essa conversa. O relator pediu para ressaltar se foi de maneira formal e também informal. O

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

senhor João Vicente confirmou que sim, que houve reuniões periódicas da comissão de intergestão em que o Prefeito, de vez em quando, aparecia e, "sempre muito solícito", dizia que queria que a associação assumisse, de fato, a administração e que a intergestão seria um momento de transição. O senhor João Vicente, então, indaga: "como que se vai fazer uma transição sem que a associação esteja participando? Como que eu vou receber a associação na íntegra se ela está cheia de dívidas?". O senhor João Vicente disse ter apurado que a associação fez empréstimos de quinhentos mil (reais), de quatrocentos mil (reais), e de dois milhões de reais. Ainda indagou: "a associação recebendo dinheiro público e ainda fazendo empréstimo em banco, contraindo dívida para a associação?". O relator perguntou se se pode afirmar que o doutor Cláudio comungava, se era de pleno acordo, que a associação fizesse parte da administração do Hospital Bom Jesus até que começaram os desentendimentos. O senhor João Vicente confirmou que sim, "tanto que não foi cumprido". O relator perguntou ao senhor João Vicente se ele, juntamente com sua equipe, com o departamento jurídico, percebeu que as irregularidades já aconteciam no governo anterior. O senhor João Vicente disse que sim, e que, com certeza, essas práticas já vieram do governo anterior. Complementou dizendo que o senhor Gláucio, "por livre e espontânea vontade", seguiu praticando o crime, já que "desvio de finalidade de convênio é crime": que, em uma reunião com o senhor Gláucio, havia questionado diretamente a ele: "quer dizer que você vai continuar fazendo errado? Eu acho que você deveria ter me comunicado e a gente, imediatamente, iria chamar a Câmara para tomar conhecimento, porque é dinheiro público e a Câmara é que vota todas as verbas para o hospital". O senhor João Vicente afirmou que não "titubeou" em fazer a denúncia ao Ministério Público; que sete dias depois foi ao Promotor, conversaram e que protocolou a denúncia. Ainda informou que essa denúncia já virou inquérito. O relator afirmou que na Administração Pública o Poder Público só pode fazer o que a lei permite e ressaltou que o senhor João Vicente havia afirmado que essa prática já acontecia no governo anterior: que o denunciante afirmou ter encaminhado a denúncia ao Ministério Público e que já havia virado inquérito e, por isso, tanto a administração passada quanto a atual já fazem parte de um processo investigativo. O relator, então, perguntou: em relação às planilhas que foram apresentadas para a Câmara para que houvesse autorização de repasses de recursos do Executivo ao hospital – e considerando que elas eram elaboradas de uma maneira e não seriam executadas pela atual administração –; considerando que se apresenta uma planilha dizendo que é para pagar água, luz e comprar insumos, mas "que pagam médicos": "quem seria o responsável na atual administração por elaborar essas planilhas?" O senhor João Vicente afirmou que, na verdade, deveria ser a associação, já que está sob intergestão, e que deveria ser cotado em grupo, mas que o senhor Gláucio, assim como o Marco Aurélio já fazia na administração anterior, passou a decidir como coordenador nomeado pelo Prefeito, e que sequer apresentava em ata de

Congonhas CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

reunião a aprovação dos planos de trabalho. O relator ressaltou que essa pergunta é muito importante porque a CPI abrange desde o ano de dois mil e quatorze, que foi quando o Poder Público começou a liberar recursos e a investir dinheiro no hospital. Diante disso, afirmou que, quando for detectado crime no governo passado, será responsabilizado aquele que o cometeu. Então, questionou ao denunciante se ele estaria afirmando que na gestão atual seria o senhor Gláucio o responsável por fazer as planilhas do hospital Bom Jesus, que não eram cumpridas conforme apresentado à Câmara. O senhor João Vicente afirmou que sim e que, com certeza, quando for apurado pela empresa a ser contratada para auditoria, serão identificadas todas as "mazelas" da administração do ano de dois mil e quatorze até o ano de dois mil e vinte e um; que houve uma conversa com o Prefeito em uma determinada reunião e que ele havia dito para se ter cuidado, para não fazer as denúncias. O senhor João Vicente afirmou que, no entanto, quem o conhece sabe que não compactuaria com nada de errado, que seu propósito com a associação seria trabalhar em conjunto, mostrar serviço e fazer o "portal da transparência". Ainda indagou: "por que não querem e não praticaram ainda o portal da transparência?". O senhor João Vicente afirmou que, quando se faz um portal da transparência, é porque não se quer fazer nada de errado e que não entenderia o motivo de omissão da comissão intergestora nesse sentido. O senhor João Vicente afirmou que a comissão renovou um contrato de vinte mil reais (por mês) com uma empresa de consultoria e que a consultoria jurídica deveria ser para um caso específico; que isso geraria um custo de cento e vinte mil reais, sendo que na gestão anterior essa empresa gerou um custo de duzentos e quarenta mil reais; que isso seria jogar dinheiro fora, sendo que não houve nem licitação para se fazer isso. O relator perguntou ao senhor João Vicente se o Prefeito havia pedido que não fossem apresentadas denúncias de irregularidades que fossem encontradas. O senhor João Vicente afirmou que não; que quando a associação foi chamada para participar, o Prefeito havia dito que contrataria uma empresa de auditoria para livrá-lo de responsabilidades; que tanto a administração passada quanto a própria Câmara foram omissas, pois a Câmara não fiscalizou os devidos repasses; que o Prefeito pediu para que houvesse calma para que pudessem "se situar primeiro"; que quando apareceram documentos para assinar, o senhor João Vicente se recusou; que isso não teria agradado a eles; e que não cometeria práticas irregulares. O relator afirmou que crimes contra a Administração Pública não prescrevem; que, ao receber denúncias, o Poder Legislativo acatou e está investigando; que, conforme dito pelo Presidente da CPI, esta comissão não tem o objetivo nem de condenar, nem de absolver ninguém, mas o de investigar; perguntou ao senhor João Vicente se o senhor Gláucio, sendo controlador, como atual secretário, seria o responsável pela tomada de decisões de forma direta no Hospital Bom Jesus. O senhor João Vicente respondeu que sim e que, inclusive, no decorrer das negativas de o diretor provedor assinar os documentos, "passaram" uma

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

procuração para a senhora Keyla Albuquerque sem que ela tivesse ciência, conforme informações que o senhor João Vicente obteve da própria senhora Keyla. O senhor João Vicente disse que a aconselhou a não aceitar, mas que, por conta de pressão política, ela acabou aceitando, atraindo para si parte das responsabilidades das quais “terá que prestar contas”. O relator perguntou se essa senhora Keyla seria nomeada pelo governo anterior ou pela gestão atual. O senhor João Vicente informou que ela é sobrinha da esposa do Prefeito, indicando que foi nomeada na gestão atual. O relator solicitou ao Presidente da CPI que colocasse a senhora Keyla na lista de convocados para oitivas. Posteriormente, afirmou que não tem questões particulares com o senhor Gláucio, mas, por ele ocupar o cargo, ser secretário, seria necessário estudar a possibilidade de se pedir seu afastamento até que se apurem as irregularidades; que não estaria o condenando, mas, diante das denúncias apresentadas pelo senhor João Vicente, caberia analisar se ele pode continuar tendo acesso irrestrito às documentações, às contratações, às planilhas, de tudo na gestão do Hospital Bom Jesus; perguntou, ainda, como se encontrava a situação financeira, em relação a débitos, créditos e ao quadro de funcionários do Hospital Bom Jesus quando o senhor João Vicente assumiu a direção, e como se encontra hoje. O senhor João Vicente informou que, na realidade, não houve uma prestação de contas; que achou que o prefeito Dinho fosse imediatamente contratar a empresa de auditoria e até hoje não houve essa auditoria; que essa auditoria agora vai partir da Câmara por conta da CPI, o que é necessário, pois “está tudo muito obscuro [...] fizeram vários desmandos lá dentro do hospital”. Afirmou que deve ser apurado, pois “tudo é muito superficial”; que não quiseram contratar a empresa de gestão hospitalar; que foi à FOB (Fundação Ouro Branco) em uma reunião com um senhor chamado Fabiano e que já sabia o que poderia ser feito; e que trouxe a sugestão de contratação da empresa de gestão para a comissão (intergestora); e que eles não querem contratar a empresa; que já fez a cotação com três empresas de gestão hospitalar, mas que a comissão não quer a empresa. Ainda afirma: “por que eles não querem? [...] É claro! Porque a empresa de gestão hospitalar vai ensinar como trabalhar, vai mostrar onde estão os erros cometidos pela administração anterior e por essa administração também”. O senhor João Vicente ainda sugeriu aos membros da CPI que insistissem na sugestão de contratação dessa empresa, para trazer suporte para a própria comissão e, no futuro, poderá ainda trazer todos os relatos e relatórios corretos para a Câmara poder acompanhar, de fato, a administração do hospital; que não se pode fazer administração de forma amadora e que os desvios de convênio ocorreram exatamente por isso. O senhor João Vicente prosseguiu: “vão dizer que é por causa do Covid. A nossa administração vai poder falar – a de 2021 –, mas e a anterior? [...] Olha a obra do hospital! Não sei se vocês estiveram lá esses dias, se foram na cozinha, se viram as estacas segurando o teto”. O relator perguntou se a associação estaria completamente fora das tomadas de decisão do Hospital Bom Jesus. O senhor João Vicente respondeu

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

que sim. O relator perguntou se, em relação ao que é preciso pagar e contratar, a associação tem assinado junto. O senhor João Vicente disse que não. O presidente informou que irá buscar, junto dos procuradores que estão trabalhando na CPI, meios de viabilizar as sugestões do relator. O vereador Eduardo Matosinhos perguntou quando se deu a eleição do senhor João Vicente. Ele informou que ocorreu no dia vinte de janeiro do ano de dois mil e vinte e um. O vereador Eduardo Matosinhos perguntou qual o motivo de o senhor João Vicente estar afastado no momento, se por questão pessoal, se por conta do Covid ou por falta de acessibilidade e de entrosamento com a equipe gestora nomeada por portaria pelo Prefeito. O senhor João Vicente informou que, depois que veio à Câmara e que fez a denúncia no Ministério Público, houve uma ruptura. O vereador Eduardo Matosinhos perguntou se hoje ele não teria acesso a nada no hospital. O senhor João Vicente informou que não, que continua indo, periodicamente, à instituição; que solicita, quando é seu interesse, os documentos necessários. O vereador Eduardo perguntou então se o seu acesso não estaria bloqueado. O senhor João Vicente informou que não, que não houve nenhuma decisão judicial excluindo a associação. O vereador Eduardo Matosinhos perguntou quem seria o responsável pelo Departamento de Contratação de Pessoal, pois, segundo ele, há sempre o comentário de que o hospital contratou muitas pessoas além do necessário para o funcionamento da instituição. Disse, ainda, que gostaria de ouvir esse responsável, de convocá-lo para a CPI. O senhor João Vicente informou que essa pessoa se chama Isabela, que ela foi contratada na gestão anterior. O vereador Eduardo Matosinhos solicitou, então, que se convocasse essa pessoa para ouvi-la a respeito de sua passagem na gestão anterior e na atual. O vereador Eduardo Matosinhos ainda sugeriu aos membros da CPI que o senhor Marco Aurélio fosse ouvido antes do Gláucio, pois ele estava no cargo antes desse; que "são papéis idênticos, pois o que era feito pelo senhor Marco Aurélio na gestão passada hoje é feito pelo senhor Gláucio". O vereador Eduardo Matosinhos perguntou ao senhor João Vicente se a empresa contratada que custava vinte mil reais era a Laborare. O senhor João Vicente respondeu que não, que era uma empresa de advogados; que a Laborare tinha um contrato na gestão anterior que foi interrompido. O vereador Eduardo Matosinhos perguntou se a contestação do senhor João Vicente seria em relação ao apoio jurídico. O senhor João Vicente informou que sim, que acha um absurdo contratar um escritório de consultoria jurídica permanente, que em apenas um ano eles custaram duzentos e quarenta mil reais e agora renovaram o contrato. O vereador Eduardo Matosinhos perguntou se continuou a mesma empresa. O senhor João Vicente informou que sim. O vereador Eduardo Matosinhos perguntou o nome da empresa. Ainda perguntou se esse contrato já se encontra na Câmara Municipal. O senhor João Vicente disse que sim, que parece que já foi anexado e que o nome da empresa de consultoria jurídica especializada na área de saúde é do senhor Gilmar de Assis. O vereador Eduardo Matosinhos perguntou se, quanto à Laborare,

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

empresa de gestão, o senhor João Vicente era a favor da contratação. O senhor João Vicente informou que sim, que acha necessário. O vereador Eduardo Matosinhos esclareceu: “eu fiz uma confusão, porque ao mesmo tempo que o senhor combateu a questão do apoio jurídico permanente, o senhor é a favor de ter uma equipe gestora em negócios hospitalares”. O senhor João Vicente respondeu que, com certeza, pois “o hospital não pode ser gerido por amadores”. O vereador Eduardo Matosinhos perguntou se a de gestão estaria atuando neste momento. O senhor João Vicente informou que a jurídica está, mas a de gestão não, pois “interromperam” o contrato da Laborare e não contraram outra; que iniciou o processo de contratação, que está tudo certo, mas “eles sentaram em cima dessa contratação e não querem contratar porque, de fato, vai mostrar, tanto para a Câmara quanto para o público... e eu insisto que tenha o portal da transparência, pois vai trazer... as empresas vão poder subsidiar a entidade, uma vez que tem prestação de conta pública para que todos possam ver, analisar e criticar”. O vereador Eduardo Matosinhos disse que a própria Prefeitura se autointitula uma compradora de serviços do Hospital Bom Jesus e perguntou se é possível afirmar que esse modelo satisfaz a necessidade financeira do hospital (por meio dessa compra de serviço). O senhor João Vicente informou que “de maneira nenhuma” e que o hospital será eternamente dependente; que, quando contratar essa empresa, pode melhorar por conta de estratégia; que até a tesouraria foi instalada há apenas trinta dias, depois que ele falou dos problemas na Câmara Municipal. O vereador Eduardo Matosinhos pediu para registrar que só após a vinda do senhor João Vicente à Câmara é que foi instalada a tesouraria. O senhor João Vicente pediu para esclarecer a data de sua eleição: dia vinte e dois de janeiro (de dois mil e vinte e um). O vereador Averaldo perguntou quais são os desvios de recursos, já que o senhor João Vicente afirmou que são mais de quatro milhões; pediu, ainda, que citasse os desvios, pois, segundo ele, foi feita a pergunta e ela não foi respondida na íntegra. O senhor João Vicente informou que, na realidade, esses documentos já estão na Câmara desde julho, quando os protocolou, e que fazem parte da sua denúncia. O vereador Averaldo perguntou se não conseguiria responder. O senhor João Vicente disse que não, pois não teria acesso a esses documentos no momento, mas que poderia trazer, especificando tudo. O vereador Averaldo ressaltou que essa é uma pergunta-chave para a comissão (de inquérito) e que não conseguiram, nesse momento, a resposta. Ressaltou, também, que não foi respondida a pergunta sobre a situação financeira que foi encontrada. O senhor João Vicente disse que não foi respondida porque não passaram para ele; que ele não tem conhecimento e, por isso, não inventaria números, pois teria que falar baseado em números reais e que poderia apurar a informação para trazer para o vereador. O vereador Averaldo afirmou que encerraria sua fala, mas que permanecia preocupado pois, principalmente a primeira pergunta, que é uma pergunta-chave, ficou sem resposta. O vereador José Bernardes perguntou ao senhor João Vicente se ele teria

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

conhecimento se os preços dos materiais adquiridos pelo hospital são compatíveis com os de outros lugares. O senhor João Vicente respondeu que isso deverá ser apurado quando se fizer a auditoria, pois não teria acesso a esses números, já que "tudo é muito amador lá dentro". Afirmou que uma funcionária da farmácia "chegou chorando" porque teve que pagar cento e cinquenta reais do próprio bolso para comprar remédio por conta da má administração; que existe uma má administração até dentro da farmácia; que o nome dessa funcionária era Cremilda; que a teria acalmado dizendo que mudaria a forma de administração e que contrataria uma empresa especializada. O vereador José Bernardes afirmou que essa é uma denúncia muito grave, pois todos os pedidos de recurso para a Câmara foram colocados em regime de urgência e nunca foram negados, e que isso revela o tamanho da falta de compromisso com a população de Congonhas. O vereador ainda perguntou para onde se destinaram os empréstimos citados. O senhor João Vicente informou que esses contratos já foram anexados. Existe um contrato de quatrocentos mil reais, um de quinhentos mil reais no banco Sicoob e um de dois milhões de reais na Caixa; que isso é da administração anterior. O vereador José Bernardes perguntou se ele não teria conhecimento do motivo da contratação. O senhor João Vicente informou que só será possível responder depois que tiver auditoria, que sem auditoria seria impossível. O vereador José Bernardes perguntou a respeito da dívida com a COPASA, se já houve algum acordo ou se já está pagando. O senhor João Vicente afirmou que, ao que parece, teria um acordo e que não sabe informar se já pagou alguma coisa, pois não estaria indo ao hospital, mas que poderia solicitar essas informações para trazer ao vereador. O vereador José Bernardes perguntou como era feito o pagamento aos médicos, se por consulta ou mensal. O senhor José Vicente preferiu não opinar e disse que, ao que parece, alguns médicos têm contrato, outros não; que sem auditoria era impossível (responder). O vereador Eduardo Ladislau perguntou sobre o número de reuniões que o senhor João Vicente havia participado junto à equipe interventora. O diretor provedor informou que seria em torno de oito e que, depois da reunião que compareceu na Câmara, não houve mais reuniões; que solicitou uma reunião para que contratasse a empresa de gestão hospitalar e que nem resposta obteve. O vereador Lucas pediu licença da presidência para fazer os seus questionamentos ao senhor João Vicente Monteiro de Oliveira denunciante, reforçando algumas perguntas que ainda não teriam sido respondidas. Solicitou ao senhor João Vicente que respondesse apenas "sim ou não". O presidente disse que o senhor João Vicente pronunciou algo muito sério ao mencionar que, em uma reunião, o Prefeito pediu para que o denunciante tomasse cuidado com denúncias no Ministério Público. Em seguida, o presidente perguntou ao senhor João Vicente sobre quem estava presente nesta reunião e quando ocorreu. O senhor João Vicente respondeu que, na realidade, o Prefeito sugeriu que ele fosse com cuidado para não "aventurar" a população e que o Prefeito não mencionou que não deveria fazer a denúncia, mas que tivesse mais

Congonhas CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

cuidado antes de formalizá-la. O presidente ressaltou que o senhor João Vicente afirmou, até mesmo através da denúncia, em especial no "item 2.4", haver uma clara evidência de "desvios de finalidade" no uso de recursos aplicados no Hospital Bom Jesus. O presidente reforçou o questionamento dos outros vereadores a respeito do desvio de finalidade muito frisado pelo senhor João Vicente de quatro milhões e setecentos mil reais e da situação de o senhor João Vicente dizer ser crime, caso comprovado. O presidente pediu ao senhor João Vicente a apresentação de alguns exemplos de desvio de finalidade e, caso não conseguisse apresentá-los, perguntou qual seria o prazo necessário para enviar um documento descrevendo de forma mais clara esses exemplos. O senhor João Vicente disse que na realidade, quem fez o levantamento foi a senhora Patrícia e que ele estava impossibilitado de informar de forma exata, mas que poderia chamá-la. O presidente perguntou quem seria a senhora Patrícia. O senhor João Vicente respondeu que seria a senhora Patrícia Ferreira. O presidente Lucas perguntou qual a função da senhora Patrícia Ferreira na Associação. O senhor João Vicente informou que ela é funcionária recente da Associação. O presidente perguntou ao senhor João Vicente, para deixar mais claro, a sua opinião sobre os erros que ele apontou na denúncia como crimes contra a Administração Pública, e questionou se são escolhas equivocadas dos gestores essas ações. O senhor João Vicente disse que sim, e que talvez seria um amadorismo e que, na visão dele, quando uma pessoa não conhece a instituição, ela não pode "ousar querer administrar sem que se cerque de pessoas competentes". O presidente Lucas pontuou que o senhor João Vicente haveria dito ter encontrado inconformidades durante uma visita técnica na farmácia do Hospital Bom Jesus e perguntou se ele poderia citar quais foram as inconformidades encontradas e se ele associava isso como uma má gestão e também a desvios de finalidade. O senhor João Vicente disse que sim e sugeriu a convocação da senhora Cremilda, que é a funcionária responsável e que, inclusive, teria um relatório dela anexado à denúncia. O presidente Lucas perguntou ao senhor João Vicente se ele não conseguiria responder a essa pergunta. O senhor João Vicente disse que não e que, na realidade, o acesso dele às informações é limitado porque agora tudo que ele quiser saber de dentro da Associação ele precisa fazer um ofício, e disse ainda que seu acesso deveria ser irrestrito por ser ele o provedor da instituição. O presidente Lucas mencionou os documentos fornecidos na denúncia, no anexo dois às fls. 162/165, onde a Prefeitura apresentou relatório informando que o Hospital Bom Jesus, em dezembro de dois mil e vinte, ressarciu o Município em cento e sessenta e seis mil, cento e nove e um reais e quarenta e um centavos, e, com isso, segundo o relatório da Diretoria de Convênios, "a Associação havia cumprido com todos os requisitos da prestação de contas, e que, portanto, não restaria nenhuma pendência". O presidente Lucas perguntou ao senhor João Vicente se ele contestava esse relatório da Diretoria de Convênios e se sim, baseado em quê. O senhor João Vicente disse que não iria opinar e que preferiria fazer um levantamento

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

correto, porque não tinha conhecimento desse relatório. O presidente perguntou ao senhor João Vicente se ele identificou alguma ingerência sobre as contratações dos profissionais no Hospital Bom Jesus. O senhor João Vicente disse que não e que, na realidade, quem contrata e quem está contratando hoje é o senhor Gláucio, que hoje está na Gestão Urbana e continua como coordenador da comissão intergestora. O presidente Lucas destacou que o senhor João Vicente também apresentou à Câmara Municipal um relatório com uma dívida do Hospital Bom Jesus com a COPASA, na casa dos milhões de reais, e que existia uma empresa contratada para fazer a administração e a gestão do Hospital Bom Jesus, até mesmo para garantir que isso não ocorresse. O presidente perguntou ao senhor João Vicente o que ele achava da gestão do hospital e se a má gestão é um dos principais motivos para ter essa dívida do hospital. O senhor João Vicente afirmou ser uma irresponsabilidade já que eles sabem que jamais irão cortar a água do hospital e que, por isso, deixam acumular, gerando dívidas e que “não estão nem aí. O vereador Lucas perguntou ao senhor João Vicente se houve alguma notificação da comissão interventora/intergestora com relação a essa dívida. O senhor João Vicente disse que sim e que parece que o senhor Gláucio iria negociar com a COPASA, mas que não saberia dizer se houve uma negociação, e que poderia informar depois. O vereador Lucas mencionou que o senhor João Vicente apresentou inúmeras ingerências de ordem trabalhista, que supostamente estariam levando a Associação Hospitalar Bom Jesus à situação de bancarrota, na casa dos milhões de reais. O vereador Lucas perguntou ao senhor João Vicente se a comissão não identificou esses erros em nenhum momento. O senhor João Vicente disse que identificou e que, quando tiver uma empresa de auditoria, teremos esses números reais. O senhor João Vicente disse que, por ora, esse acesso seria complicado, uma vez que, se perguntar algum funcionário, não saberá responder, e que, por isso, desde o início, solicitou ao Prefeito e disse que não iria receber a instituição sem que houvesse uma auditoria, ressaltando que a gestão da instituição seria “uma caixa preta”. O presidente Lucas afirmou que se sem a auditoria fica difícil de se comprovar as denúncias. O senhor João Vicente concordou e disse que as solicitações que a ele foram feitas foram anotadas e direcionará ao funcionário para posteriormente trazê-las de forma específica. O senhor João Vicente afirmou, ainda, que, para o andamento da CPI seria necessário, primeiramente, a contratação de uma empresa para depois convocar as demais pessoas para responderem, uma vez que eles também não teriam dados concretos. O presidente Lucas questionou ao senhor João Vicente se de tudo que foi levantado na denúncia, dos desvios de finalidade, dos crimes de responsabilidade com a coisa pública, se sem auditoria não conseguiríamos comprovar esses desvios de finalidade. O senhor João Vicente disse que *in loco* sim, que se fossem até a Associação e abrissem as planilhas iriam perceber. O presidente Lucas questionou o senhor João Vicente se ele, como Gestor Provedor, conseguiria citar alguns exemplos de desvios de

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

finalidade. O senhor João Vicente disse que conseguiria, mas como não tinha acesso a essas informações específicas preferiria não opinar. O presidente perguntou ao senhor João Vicente se ele havia questionado a relação do senhor Marcos Pestana com a empresa Laborare e o que levou a indagação. O senhor João Vicente disse que o Marcos que ele havia falado seria Marcos que está na Associação hoje e que foi recontratado pelo senhor Gláucio e pela senhora Keyla para atuar na prestação de contas da Associação e na regularização; que essa seria a informação que ele teria, e que o senhor Marcos teria sido contratado pelo valor de quatro mil reais e estaria trabalhando sobre o RPA até dezembro deste ano. O presidente Lucas agradeceu o senhor João Vicente e informou-o que não teria mais questionamentos até então, e perguntou aos vereadores membros da Comissão se teriam algo a acrescentar. Foi passada a palavra ao vereador Igor, o relator. O vereador Igor enfatizou que, na primeira reunião dos membros da CPI, foi sugerida para o vereador Lucas, e por ele acatada, a contratação de uma empresa de auditoria; que esse pedido foi encaminhado ao Presidente da Casa e, de forma muito respeitosa e muito comprometida com a CPI, a Casa estaria providenciando a contratação da empresa. O relator mencionou a existência de um trâmite a ser obedecido, enfatizando a condução da CPI pelo presidente Lucas de forma responsável, com controle, com transparência; e que, após a contratação da empresa, haverá esse suporte técnico em todo o processo da CPI e a todas as ações necessárias, uma vez que a empresa teria técnicas de apuração, de investigação. O relator ressaltou que o vereador Eduardo Matosinhos fez uma pergunta para o senhor João Vicente em relação ao acesso nas tomadas de decisões e que ficou bem claro que o senhor João Vicente estaria fora do processo. O vereador Igor perguntou ao senhor João Vicente se ele, como presidente, não teria acesso necessário ao caixa, às tomadas de decisões, às contratações, à participação das empresas nas licitações e nos resultados e se ele estaria fazendo parte desse processo. O senhor João Vicente informou que não e que havia solicitado uma reunião com a equipe de intergestão e “eles sequer o responderam”, informando que estariam colocando dificuldades depois da denúncia feita ao Ministério Público e de sua vinda à Câmara; que a Comissão de Intergestão não se reuniu mais desde o dia seis de julho; que as decisões são tomadas através do senhor Gláucio, que está comandando a Associação como se ele fosse provedor. O vereador Igor disse que, ao fazer a pergunta, entendia que na CPI teriam duas pessoas extremamente interessadas nela: o senhor José de Freitas Cordeiro e o Senhor Cláudio, atual Prefeito, afirmando que são pessoas “sérias, de conduta ilibada”. O relator, vereador Igor, disse que a CPI veio para desvendar o que o senhor João Vicente havia dito sobre a questão de “caixa preta”, que estaria tudo errado, e que era necessário (investigar); que no desenrolar das perguntas e nas respostas, nos questionamentos de cada vereador, ao terem respostas de quem estaria participando da oitiva, tudo ficaria mais claro. O vereador Igor enfatizou a importância da pergunta e questionou ao senhor João Vicente se

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

pelo acesso, pelo poder de transitar dentro de cada departamento da instituição hospitalar, pela forma da tomada de decisões dentro do Hospital Bom Jesus, ele conseguiria dizer se o senhor Gláucio teria forças para obstrução de investigação dentro do hospital em relação a documentos. O senhor João respondeu que sim e que, ao solicitar informações à senhora Keyla, ela lhe disse que a decisão tomada pela Intergestão era a de que o Provedor deveria fazer ofícios requerendo, ou seja, eles não queriam que ele fizesse questionamentos, e que, só a partir do dia vinte de maio, que ele teve acesso livre. O senhor João Vicente disse ainda que, na realidade, o senhor Gláucio queria "restringir a Associação", que ele não deixaria de informar, mas que, por exemplo, o senhor Gláucio demorou mais de quinze dias para informar sobre a contratação do escritório de advocacia. O senhor João Vicente disse que jamais iria assinar contrato dessa natureza. O vereador Lucas, presidente da comissão, reforçou ao senhor João Vicente a necessidade em dizer a verdade, uma vez que o mesmo havia sentado naquela cadeira. O presidente solicitou, ainda, que o senhor João Vicente não se eximisse em responder, de fato, aos questionamentos dos vereadores e que não fosse apenas após a auditoria, uma vez que o motivo da instauração da CPI se deu em razão da denúncia apresentada pelo senhor João Vicente na Casa. O presidente Lucas solicitou ao senhor João Vicente que, como Diretor Provedor, citasse alguns dos desvios de finalidade apontados na denúncia e respondesse de maneira mais clara as perguntas feitas pelos vereadores. O senhor João Vicente disse que estava respondendo e que não estava omitindo nenhuma informação e disse, ainda, que não poderia "ventilar números", que preferiria formalizar todas as informações que os vereadores quisessem; que ele teria que ser prudente uma vez que também estaria sob juramento. O vereador Igor disse que, de acordo com a Constituição Federal, presume-se a inocência até que se prove o contrário, e que quando ele fala sobre a obstrução de investigação, ele não deixa de ter a certeza que o senhor Gláucio é uma parte interessada na CPI; que, com certeza, ele vai participar da oitiva e responder as perguntas; que suas respostas vão ser sérias, pois ele sabe o tamanho da responsabilidade que é responder algo numa CPI que não procede, algo de maneira não verídica. O vereador Igor pontuou, contudo, que da mesma maneira que a Constituição assegura que se presume inocência até que se prove o contrário, é preciso observar também a questão da obstrução da investigação; que uma pessoa que faz parte de algo que está sendo alvo da investigação e que tem acesso a toda documentação não poderá permanecer no cargo até que se conclua todo processo da CPI; que não estaria condenando nem absolvendo; que o senhor Gláucio tem interesse de provar que tá tudo certo, mas que de imediato ele precisará afastar da direção do hospital, decisão que pode ser tomada diretamente pelo excelentíssimo Prefeito; que, com certeza, o Prefeito também é a favor da CPI; que, quando a CPI foi aprovada em Plenário, a prefeitura, por meio do seu órgão oficial de publicidade no Facebook, publicou que estaria de acordo com a apuração. Então, vereador Igor sugeriu ao



Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

Prefeito que afaste de imediato “o diretor” (o senhor Gláucio) até que se apure, e que nomeie outro em seu lugar. O vereador Eduardo Matosinhos pontuou que essa sugestão “ficaria de cunho pessoal” (do vereador Igor). O relator, vereador Igor, disse iria pedir à secretaria notificasse de maneira formal e recomendasse ao Prefeito esse afastamento. O Vereador Eduardo Matosinhos ressaltou que, se acatado pelo presidente da CPI, deve-se oficializar o Prefeito, recomendando que afaste o senhor Gláucio enquanto perdurar o processo de investigação dessa CPI. O vereador Igor disse que, diante dos fatos relatados pelo denunciante, e que não seria um “achismo”, o “diretor” (o senhor Gláucio) tem total controle sobre a instituição (HBJ) hoje. O presidente da comissão reiterou que a recomendação está registrada e que será encaminhada ao excelentíssimo Prefeito; também informou ao denunciante que ele poderia ser convocado novamente a qualquer momento, uma vez que sua contribuição e participação durante todo o processo (de investigação) seria de suma importância; ressaltou que a contratação da empresa de auditoria para auxiliar os trabalhos da CPI é algo que a administração da Câmara Municipal já está empenhada, e que está finalizando o processo; que, assim, seria possível apoiar de um modo mais técnico todos os trabalhos e também apurar todos os gastos que já foram feitos no Hospital Bom Jesus desde o ano de dois mil e quatorze – período de início da intervenção. O presidente também registrou que todas as nossas reuniões estarão sendo gravadas e registradas em atas; que é importante que todos os vereadores e o depoente as assinem para que se constem nos processos dessa CPI; que todas as recomendações e sugestões apresentadas serão levadas ao departamento jurídico para se efetivem. O senhor João Vicente, em suas considerações finais, pronunciou que “estaria despedido de todas as vaidades de ser o Provedor”; que irá sugerir à juíza a nomeação de um novo interventor, retirando a Associação e também a “intergestora” até a finalização da CPI. O senhor João ressaltou que não era “homem de renunciar ao cargo”, mas que sua “família e as pessoas queridas estavam preocupadíssimas” com sua passagem pelo Hospital, porque estava lhe trazendo muitos transtornos; que ele achava que poderia fazer uma boa gestão, e que estava imbuído de fazer uma boa gestão; que achava que tudo iria “fluir bem, porque estava vindo um novo governo”; que acredita que o Prefeito, no futuro, irá lhe agradecer, ainda que hoje ele estivesse magoado, pois “interrompemos a má gestão que estava sendo praticada pela indicação do membro que ele (o Prefeito) designou” – o senhor Gláucio; que fez todos os protocolos, inclusive no Tribunal de Contas; que tem convicção que será apurado tudo, mas “tem que apurar com responsabilidade”; que está muito crente que essa empresa de auditoria “vai trazer muita luz, e vai se apurar as irregularidades que fizeram durante todas essas gestões anteriores e a nossa também” – já que ele participa e é membro da intergestora e que não houve decisão judicial tirando Associação dessa comissão; que está “de coração limpo”; que não quer acusar ninguém e nem “denegrir imagem de

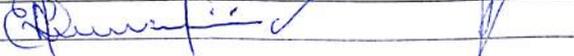
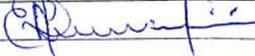
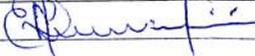
Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

ninguém”, mas que também não vai assinar nenhum documento que o comprometa. O presidente solicitou aos vereadores que permanecessem no Plenário para que pudessem discutir a convocação para a próxima reunião. Dispensou o senhor João Vicente e agradeceu pela presença. O presidente lembrou os vereadores que, dentre as sugestões acordadas na primeira reunião da comissão, os convocados seriam os primeiros interventores do Hospital Bom Jesus e, por sugestão, o senhor João Vicente Monteiro declarou que a senhora Patrícia Ferreira teria evidências e provas desses desvios de finalidade. Colocou, então, em discussão o nome da senhora Patrícia Ferreira para a próxima convocação, a fim de apresentar de modo mais claro as provas desses desvios de finalidades; citou também os nomes da senhora Keyla e da senhora Isabela, como sugerido pelo vereador Eduardo Cordeiro Matosinhos; colocou em discussão e votação dos membros da CPI os nomes para a próxima convocação. O vereador Eduardo Matosinhos perguntou ao presidente sobre qual reunião “entraria” o citado gestor Marco Aurélio, que participou do governo anterior. O presidente respondeu que seriam convocados os primeiros interventores, do ano de dois mil e quatorze, e que seguiria uma ordem (até a atualidade). O vereador Eduardo Matosinhos indagou quando seria o próximo encontro. O presidente respondeu que seria na próxima quinta-feira, às nove horas. O vereador Eduardo Matosinhos sugeriu que fossem chamados todos citados: a senhora Isabela (relativo ao “fluxo de pessoal”), a senhora Keyla (atual secretária executiva), a senhora Patrícia e o senhor Marco Aurélio. O relator sugeriu prosseguir com o cronograma e chamar os primeiros interventores e pediu que não se chamassem mais de três pessoas por reunião para não ficar cansativo e garantir a qualidade das respostas. Portanto, segundo o relator, o que foi combinado na primeira reunião seria a convocação dos primeiros interventores. O Vereador Everaldo ressaltou que os nomes surgiram pelo denunciante, diante das denúncias apresentadas por ele, sempre deixando clara a questão dos desvios de finalidade, e que, no entanto, não conseguiram respostas sobre esses tais desvios; que, por ter sido citada a senhora Patrícia, seria necessário fazer uma mudança para ouvi-la, pois ela teria muito a contribuir, conforme argumentado pelo denunciante; que ainda não há nada de concreto e, por isso, seria preciso que a senhora Patrícia fosse convocada para “dar uma luz, dar uma direção quando se fala em desvios de finalidade”. O presidente colocou em discussão a convocação para próxima reunião do primeiro interventor do Hospital Bom Jesus, o senhor Helbert, da senhora Patrícia Ferreira, como citada pelo denunciante, e da senhora Keyla. O relator, vereador Igor, sugeriu sempre convocar um funcionário da associação e outro da intergestão, para se ouvirem os dois lados e se fazer, realmente, uma acareação. O vereador Igor pediu o Presidente que cobrasse a contratação da empresa em caráter de urgência para dar o suporte e o direcionamento do caminho certo a ser percorrido, levando em conta que a CPI tem prazo de cento e vinte dias, podendo renovar por igual

Congonhas CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

período, ressaltando que a população aguarda um retorno. O presidente informou que já está sendo feita contratação, que havia duas empresas interessadas e que estaria aguardando a resposta de uma terceira empresa. O relator informou que os primeiros interventores são os senhores Helbert e Antônio e a senhora Ormezinda. O presidente colocou em discussão se seriam convocados os três primeiros interventores ou o senhor Helbert, a senhora Patrícia e a senhora Keyla. O vereador Eduardo Matosinhos sugeriu convocar a primeira equipe interventora e a senhora Patrícia. O presidente colocou em votação a convocação de Helbert, Antônio, Ormezinda e Patrícia Ferreira. Concordaram os vereadores José Bernardes e Eduardo Ladislau. O vereador Everaldo manifestou sua preocupação em ficar uma reunião “muito pesada”, pois haveria muito o que questionar aos primeiros interventores e à senhora Patrícia, mas acabou corroborando a sugestão. Finalmente, todos concordaram com os quatro nomes sugeridos. O presidente ratificou que a próxima reunião será quinta-feira, dia dois de setembro, às nove horas. O presidente Lucas solicitou aos secretários que fizessem os ofícios e enviassem para os convocados: o senhor Antônio Tiago Rezende, o senhor Helbert Soares Dias Leite, a senhora Ormesinda Maria Barbosa e a senhora Patrícia de Paula Ferreira Evangelista. Não havendo mais nada a tratar, encerrou a reunião. Esta ata segue assinada pelo denunciante e por todos os vereadores presentes.

Vereador	Assinatura
Lucas Santos Vicente (Presidente)	
José Bernardes de Souza (Vice-Presidente)	
Igor Jonas Souza Costa (Relator)	
Averaldo Pereira da Silva	
Eduardo Cordeiro Matosinhos	
Eduardo Ladislau Marques	
Sebastião Moreira	

Convocado	Assinatura
João Vicente Monteiro de Oliveira	